

**HABEAS CORPUS Nº 505.139 - MS (2019/0111102-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
OZIEL MIRANDA - MS004096B  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : JONHANTAN MAZIA DE MELO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de JONHANTAN MAZIA DE MELO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (Agravo em Execução n. 0003692-33.2019.8.12.0001).

Depreende-se dos autos que o Magistrado singular deferiu o pedido de comutação de penas formulado pela defesa com base no Decreto Presidencial n. 9.246/2017 (e-STJ fls. 33/34).

Contra essa decisão insurgiu-se o Ministério Público estadual. Em sessão de julgamento realizada em 26 de março de 2019, os desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Criminal, por unanimidade de votos, deram provimento ao recurso. Eis o teor da ementa (e-STJ fl. 67):

*AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL – RECURSO MINISTERIAL – COMUTAÇÃO DE PENA – DECRETO PRESIDENCIAL N.º 9.246/2017 – ART. 8º – BENEFÍCIO CONCEDIDO APENAS AOS CONDENADOS QUE ESTEJAM CUMPRINDO PENA EM REGIME ABERTO OU EM LIVRAMENTO CONDICIONAL – ADI 5.874-STF – INCABÍVEL AOS PRESOS EM REGIME FECHADO E SEMIABERTO – RECURSO PROVIDO.*

*O art. 8.º do Decreto n.º 9.246/2017 é claro e não deixa espaço para dúvidas ou interpretações, sendo cabível o indulto/comutação de pena apenas aos sentenciados que cumprem pena em regime aberto ou em livramento condicional, observado o disposto na decisão proferida na ADI 5.874 do STF, não cabendo o benefício aos presos em regime fechado ou semiaberto.*

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a Defensoria Pública estadual que, "*ao contrário do entendimento exarado pelo egrégio Tribunal de Justiça local, o*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*artigo 8º, do Decreto 9.246/2017 é inclusivo, acrescentando que o benefício também será concedido as pessoas em cumprimento de pena no regime aberto e livramento condicional" (e-STJ fl. 7).*

*Sublinha "que o rol do artigo 8º do Decreto Presidencial é exemplificativo, na medida em que, tivesse o legislador a intenção de vedar o benefício a determinado grupo de reeducandos, o faria de forma expressa, tal qual como consignou nos artigos 3º e 4º" (e-STJ fl. 9).*

Diante disso, pede, liminar e definitivamente, seja declarada a comutação de pena com fulcro no decreto presidencial acima mencionado.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 79/81).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 86/89).

É, em síntese, o relatório.

No caso dos autos, o Juízo da execução deferiu o pedido de comutação de pena formulado com base no Decreto n. 9.246/2017, "*determinando a redução de 1/3 (um terço) da pena dos crimes comuns (cumprida ou remanescente) aferida em 25/12/2017*" (e-STJ fl. 34).

O Tribunal de origem, ao dar provimento ao agravo interposto pelo Ministério Público, afastou a comutação deferida em primeiro grau, consignando, para tanto, que (e-STJ fls. 68/69):

*É cediço que, para a análise do pedido de indulto ou comutação de pena, o Magistrado deve restringir-se ao exame do preenchimento dos requisitos previstos no Decreto Presidencial, uma vez que os pressupostos para a concessão da benesse são da competência privativa do Presidente da República.*

*Na minha compreensão, não se trata aqui de interpretação ampliativa "in malam partem" do art. 8º pelo Ministério Público, mas ao contrário, o entendimento por ele externado é justamente no sentido de uma interpretação literal, em exata observância ao que estabelece o dispositivo, in verbis:*

*"Art. 8º Os requisitos para a concessão do indulto natalino e da comutação de pena de que trata este Decreto são aplicáveis à pessoa que:*

*I - teve a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos;*

*II - esteja cumprindo a pena em regime aberto;*

*III - tenha sido beneficiada com a suspensão condicional do processo; ou*

*IV - esteja em livramento condicional.”*

*É necessário fazer uma análise teleológica do texto normativo, na busca de tentar elucidar qual a verdadeira finalidade almejada pela Presidência da República na elaboração desse dispositivo.*

*Analizando detidamente a redação do dispositivo em questão, é possível constatar que o espírito dessa previsão normativa foi beneficiar aqueles condenados punidos com penas de caráter brando, substituída ou em livramento condicional ou que já progrediram de regime em caso de maior gravidade, de modo que estão expressamente excluídos os sentenciados que cumprem reprimenda nos regimes semiaberto e fechado.*

*No meu modo de ver, a norma é clara e não deixa espaço para dúvidas ou interpretações, sendo incabível o benefício ao agravado, que cumpre pena em regime semiaberto.*

*Importante registrar que por decisão do Ministro Luis Roberto Barroso, na ADI 5.874, o STF suspendeu os incisos I e III do mencionado dispositivo em razão da incompatibilidade com os fins constitucionais do indulto e por violação ao princípio da separação dos poderes.*

*Assim, nos termos do 8.º do Decreto n.º 9.246/2017, fazem jus ao indulto/comutação de pena, dentre os requisitos previstos em outros dispositivos do referido ato normativo, os condenados que estejam em cumprimento de pena no regime aberto ou em livramento condicional.*

*[...]*

*Diante do exposto, com o parecer, dou provimento ao recurso ministerial para afastar o benefício de comutação de pena concedido ao agravado Jonhantan Mazia de Melo (guia de recolhimento n.º 0050565-09.2010.8.12.0001).*

Nessas circunstâncias, verifico a existência de constrangimento ilegal apto a ensejar a concessão da ordem, isso porque, de fato, o art. 8º do Decreto n. 9.246/2017 não proibiu a concessão do indulto ou da comutação de pena aos sentenciados que cumpriam pena nos regimes semiaberto ou fechado, mas, ao contrário, teve como objetivo incluir no rol dos beneficiários o sentenciado que: *"I - teve a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos; II - esteja cumprindo a pena em regime aberto; III - tenha sido beneficiada com a suspensão condicional do processo; ou IV - esteja em livramento condicional".*

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMUTAÇÃO DA PENA. DECRETO PRESIDENCIAL 9.246/2017. AUSÊNCIA DE ÓBICE PARA CONCESSÃO AOS CONDENADOS EM REGIME SEMIABERTO E FECHADO. AGRAVO PROVIDO.**

*1. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, os requisitos para a concessão do benefício do indulto e da comutação das penas são os expressamente previstos no decreto presidencial.*

*2. O Decreto 9.246/2017, ao dispor sobre a comutação da pena, não ressalva o regime prisional dos condenados que cumprem pena privativa de liberdade.*

*3. O art. 8º do Decreto n. 9.246/2017 não é norma proibitiva; não veda a concessão do perdão parcial aos reeducandos do regime fechado ou semiaberto, apenas inclui no âmbito de incidência do benefício as pessoas que cumprem penas substitutivas, estão no regime aberto, em livramento condicional ou, no caso do sursis, nem chegaram a ser apenadas (REsp 1828409/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)*

*4. Agravo regimental provido para restabelecer a decisão concessiva da comutação da pena (AgRg no REsp 1.826.046/MS, relator o Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 10/12/2019, grifei).*

**RECURSO ESPECIAL. DECRETO PRESIDENCIAL N. 9.246/2017. AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO AOS CONDENADOS EM REGIME SEMIABERTO OU FECHADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

*1. A análise do pedido de indulto (total ou parcial) é restrita ao preenchimento dos requisitos elencados pelo Presidente da República, nos termos taxativos do decreto de sua regência.*

*2. O Decreto n. 9.246/2017 não traz nenhuma ressalva ao regime de cumprimento de pena quando dispõe sobre a comutação aos condenados que cumprem pena privativa de liberdade.*

*3. O art. 8º do Decreto n. 9.246/2017 não é norma proibitiva; não veda a concessão do perdão parcial aos reeducandos do regime fechado ou semiaberto, apenas inclui no âmbito de incidência do benefício as pessoas que cumprem penas substitutivas, estão no regime aberto, em livramento condicional ou, no caso do sursis, nem chegaram a ser apenadas.*

*4. A interpretação almejada pelo recorrente - de restringir a concessão da clemência aos sentenciados que não sofrem as agruras da reclusão - vai de encontro à finalidade do indulto coletivo, não calcado em situação humanitária, concedido anualmente pelo Executivo como meio de política criminal, com vistas a combater o problema do hiperencarceramento e a*

*promover a reinserção social dos apenados.*

*5. No Decreto n. 9.246/2017 não há proibição de comutação ao recorrido, que resgata a sanção no regime semiaberto.*

*6. Recurso especial não provido (REsp 1.828.409/MS, relator o Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 8/10/2019, grifei).*

**HABEAS CORPUS. DECRETO PRESIDENCIAL N. 9.246/2017. AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO AOS CONDENADOS EM REGIME SEMIABERTO E FECHADO. ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.**

*1. A análise do pedido de indulto (total ou parcial) é restrita ao preenchimento dos requisitos elencados pelo Presidente da República, nos termos taxativos do decreto de sua regência.*

*2. O Decreto n. 9.246/2017 não traz nenhuma ressalva ao regime de cumprimento de pena quando dispõe sobre a comutação aos condenados que cumprem pena privativa de liberdade.*

*3. O art. 8º do Decreto n. 9.246/2017 não é norma proibitiva; não veda a concessão do perdão parcial aos reeducandos do regime fechado ou semiaberto, apenas inclui no âmbito de incidência do benefício as pessoas que cumprem penas substitutivas, estão no regime aberto, em livramento condicional ou, no caso do sursis, nem chegaram a ser apenadas.*

*4. A interpretação do Tribunal a quo - de restringir a concessão da clemência aos sentenciados que não sofrem as agruras da reclusão - vai de encontro à finalidade do indulto coletivo, não calcado em motivo humanitário, concedido anualmente pelo Executivo como meio de política criminal, com vistas a combater o problema do hiperencarceramento e a promover a reinserção social dos apenados.*

*5. No Decreto n. 9.246/2017 não há proibição de comutação ao paciente, que resgatava a sanção no regime semiaberto.*

*6. Habeas corpus concedido (HC 520.317/MS, relator o Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 19/9/2019, grifei).*

Ante o exposto, **concedo a ordem** para cassar o acórdão proferido no julgamento do Agravo de Execução Penal n. 0003692-33.2019.8.12.0001 e, consequentemente, restabelecer a decisão de primeiro grau que havia concedido ao ora paciente a comutação de 1/3 (um terço) da pena dos crimes comuns, com base no Decreto n. 9.246/2017.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator